



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Como em outros eixos do sistema público de ensino, também no que toca à Educação e Formação de Adultos (EFA), ao Programa Português para Todos (PPT) e formações modulares, o arranque do ano lectivo não decorreu da melhor forma.

Na verdade, as escolas que através desses programas garantiam oferta de ensino para adultos, particular e especialmente em regime nocturno, não conseguem ainda hoje garantir o funcionamento regular das turmas constituídas. Ora, após ter sido desencorajado e praticamente extinto o ensino recorrente e as unidades capitalizáveis no âmbito do Ensino Público, estas ofertas revelam-se praticamente como únicas oportunidades de assegurar ensino para adultos e formação ao longo da vida à população portuguesa e ao conjunto dos cidadãos estrangeiros que aqui trabalham e querem aprender a nossa língua.

De acordo com as informações de que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português dispõe, as escolas públicas que organizaram e distribuíram serviço docente, constituíram turmas e receberam matrículas, não foram até ao momento autorizadas a iniciar o funcionamento dos cursos nos âmbitos EFA e PPT.

Aliás, chegou ao conhecimento deste Grupo Parlamentar que a DRELVT chegou mesmo a insinuar que responsabilizaria as direcções das escolas pelo funcionamento de turmas de EFA que não tivessem ainda merecido a autorização de funcionamento por parte da tutela. Isso, embora pareça razoável, não pode justificar-se num contexto em que não houve alteração legislativa sobre a matéria, tampouco terá existido qualquer informação prévia para o futuro desses cursos. Bem pelo contrário, até 8 Agosto tudo indicava que esses cursos e turmas deveriam ser constituídos regularmente – o que as escolas obviamente fizeram, particularmente tendo em conta que no dia 28 de Julho, a Agência Nacional para a Qualificação avisa as direcções regionais de educação sobre a continuidade sem alterações dos cursos EFA. No entanto, é já no dia 8 de Agosto que um comunicado não anunciado na página privada a dirigentes que dá nota de que os cursos EFA não avançarão sem uma avaliação por parte do Governo.

Todavia, por essa altura, as turmas estão praticamente constituídas ou decorre a sua constituição. Em muitas escolas públicas de todo o país, milhares de estudantes que pretendiam oferta educativa ou formativa em regime nocturno aguardam uma qualquer indicação da tutela, na medida em que efectuaram a sua matrícula e inscrição mas ainda hoje não sabe sequer se o seu curso existe ou irá funcionar. Esta indefinição tem deixado as escolas, as direcções escolares e, principalmente os

estudantes, numa situação instável e incerta que é o reflexo de uma política de desorientação e ataque à escola pública.

Nesse sentido, e porque urge obter explicações sobre esta situação, o Grupo Parlamentar do PCP propõe que a Comissão de Educação, Ciência e Cultura chame para uma Audição a Senhora Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário. Sabendo que a tutela política destes cursos é partilhada e que além da ANQ existe intervenção do IEF, não deixa de ser verdade que o interlocutor perante as escolas é de facto o Ministério da Educação, através da Secretaria de Estado referida.

**Assim, o Grupo Parlamentar do PCP requer a Vexa. se digne solicitar a presença da Senhora Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário em reunião da Comissão a que preside com o objectivo de discutir a situação de indefinição e incerteza que envolve os cursos “Educação e Formação de Adultos” (EFA), os “Programa Português para Todos” (PPT) e as formações modulares em contexto de escola pública, bem como para esclarecer a Comissão sobre os motivos que geram a presente situação.**

Assembleia da República, 7 de Outubro de 2011

Os Deputados

Miguel Tiago

Rita Rato

N/ Ref. N.º 39707-232INPA